

A União da Política Estratégica com a Política Econômica nos anos de 1970, fora uma construção Hegemônica Nacional.

Por, Emanuel S Azevedo¹

Resumo

O texto apresenta um panorama das estratégias governamentais, para capacitar o país com uma economia competitiva internacional ao nível das grandes potências, investindo-se em áreas estratégicas, indústria, infraestrutura, energia, commodities, o país procurava acender tecnologicamente e politicamente para um lugar de destaque, mas a partir de 1985, a política estratégica nacional mudaria, e uma nova temática seria hegemônica na política nacional.

Palavra Chave

Hegemonia econômica, estratégia hegemônica, nacional desenvolvimentismo.

Abstract

The text presents an overview of governmental strategies, to empower the country with an international competitive economy at the level of the major potential, investing in strategic areas, industry, infrastructure, energy, commodities, the country sought to ignite technologically and politically to a prominent place, but from 1985 onwards, the national strategic policy would change, and a new theme would be hegemonic in national politics.

Keywords

Economic hegemony, hegemonic strategy, national developmentalism.

¹ Mestrando do PPGHS/UERJ/FFP desde 2018, orientado pelo Professor Dr. Sydenham Lourenço Neto, da UERJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Introdução:

Ao analisarmos as políticas nacionais nos anos da ditadura militar (1964-1985), observamos um claro **objetivo**; existiam várias propostas, mas com um objetivo em comum; o de tornar o Brasil uma potência, nas áreas industriais, científico, energético e tecnológico militar. Todas estas propostas foram sendo viabilizadas entre os anos de 1967 e 1979, onde a gigante Binacional Itaipu, a maior hidroelétrica do mundo deste período, fora construída para suprir a demanda energética do Brasil e do Paraguai. Ainda na área energética; a Usina Nuclear de Angra dos Reis também fora construída, não apenas para suprir uma demanda, mas também para capacitar e tornar nosso país totalmente inserido nesta nova tecnologia, a tecnologia da energia nuclear. Que pelos planos dos governos militares, o Brasil necessitava “aprender” e “reproduzir” todo o ciclo da geração de energia por meio da tecnologia nuclear. Ainda nos planos energéticos, existia a necessidade de se ampliar, modernizar, desenvolver novas tecnologias para a exploração e extração do petróleo no litoral brasileiro. Esta prioridade foi ainda mais exacerbada com os investimentos em infraestruturas rodoviárias no país neste período. O Brasil ampliou e construiu, expandindo a malha rodoviária do país para atender aos investimentos públicos e privados nas indústrias automobilísticas, onde a demanda por automóveis e caminhões se fazia presente. Além das áreas de energia, indústria, e infraestrutura rodoviária, o país investiu na construção civil, de pequeno a grande porte, surgiram varias empresas nesta área, onde em 1974 fora inaugurada uma das maiores obras da engenharia brasileira, a ponte Presidente Costa e Silva, que liga as cidades de Niterói ao Rio de Janeiro, atravessando a Bahia de Guanabara por 13 mil metros, uma construção monumental que lançaria as empresas de engenharia e construtoras brasileiras num patamar internacional da construção civil. E na área industrial, os planos eram tornar nossas indústrias competitivas, torna-las exportadora de bens, de tecnologias, geradora de divisas, criadora de riquezas. Mas nossas industrias eram de tecnologia básica não possuíam as ultimas tecnologias industriais. Então os governos criariam várias Estatais investindo-o governo, com verbas públicas na produção, mas também existiam empresas particulares onde o governo faria parcerias, com incentivos, investimentos, em áreas sensíveis, estratégicas. Ai nestas áreas por uma postura politica clara de incentivo a hegemonia militar, hegemônica dentro da América Latina, empresas como a Engesa S/A, Helibrás S/A, Avibrás S/A e a recém criada (1969) Embraer S/A, receberam investimentos públicos, incentivos fiscais e contratuais, para desenvolverem tecnologias industriais bélicas e tornarem o Brasil um signatário neste ramo internacional.

Com isso observamos que tais governos (1964-1985) teriam planos hegemônicos com objetivos muito específicos, almejavam construir uma potência industrial e energética que pudesse competir com as atuais potências mundiais, pelo mercado industrial de commodities de produtos de bens de consumo de alto valor agregado. Na energia pretendia-se tornar o país autossuficiente em energia elétrica e fóssil, e obviamente tornando o país uma potência

seria necessária uma força militar à altura, e para isso, era necessária uma indústria bélica que suprisse as demandas das forças armadas brasileiras. Toda essa lógica política hegemônica teria nascido de uma fusão das ideias estratégicas industriais, energéticas e bélicas, com os planos ousados econômicos que tornariam possível a Ascensão do Brasil ao nível das grandes potências mundiais. No que se refere a Indústria Bélica, o Brasil na década de 1980 era o 6º maior exportador de material bélico do mundo, na Indústria de commodities o Brasil, é até os dias atuais, é um dos maiores exportadores de Aço, Ferro e vários outros minérios essenciais para a indústria de transformação mundial. Na área energética, a Petrobras tornou-se uma das maiores empresas exploradora e produtora de energia fóssil do mundo, desenvolveu tecnologia própria para pesquisa, exploração e extração de petróleo em águas profundas, mas faltou investimentos para o processamento deste produto, obtendo outros produtos derivados do petróleo. As refinarias que existem hoje no Brasil não são suficientes para processar todo o petróleo extraído nas plataformas, o Brasil já é autossuficiente em petróleo, mas em derivados não, precisamos ainda importar os derivados que necessitamos. Ainda na indústria de bens de consumo de alto valor agregado, as montadoras de automóveis hoje no país tornaram-se o “motor” que impulsiona a economia nacional, respondendo por quase 22% do PIB industrial brasileiro, e 4% no PIB total do Brasil², a indústria automobilística brasileira hoje é uma das maiores do mundo, segundo a ANFAVEA³ em 2012 o Brasil já era o 6º maior produtor automobilístico do mundo, e de acordo com a OICA⁴ o 4º perdendo só para EUA, China, Japão. Na indústria da construção civil, o Brasil também se destaca, com empresas que se agigantaram e tornaram-se multinacionais, atuando na África, América do Sul, América Central e Ásia.

Com estes fatos podemos afirmar que parte dos planos de construção de um país grande e próspero, deu resultados, mas houve muitos erros, falhas, imperícias, que geraram grandes problemas econômicos, e políticos, onde empresas importantes deixaram de existir, onde projetos importantes tecnológicos como o do submarino nuclear da marinha, até hoje encontra-se em fase de desenvolvimento. O enriquecimento do urânio tornou-se realidade, uma vitória para o desenvolvimento científico tecnológico nacional, mas a continuidade com investimentos públicos e privados foi extremamente diminuta e quase inexistente nestas quase cinco décadas. A indústria bélica nacional hoje é apenas uma sombra do que já foi, empresas importantes do setor bélico como a Engesa S/A que fora a maior exportadora de material bélico do Brasil, hoje não existe mais, toda a expertise tecnológica adquirido e desenvolvido pela empresa, se perdeu, seus engenheiros e técnicos, estão em outros países. A Embraer S/A que fora, e é, a maior empresa aeronáutica da América Latina, com produtos de alta tecnologia como o Super Tucano, AMX A-1, e mais recentemente o caça multifunção Gripen JAS-39 versão NG da Saab Scania Sueca, que será produzido sob licença, nos demonstram a grandiosidade tecnológica desta empresa, sem falar de suas aeronaves de uso civil, hoje o PRAETOR 600 com comandos *Fly-by-wire*, são o que existe de mais sofisticado tecnologicamente na indústria aeronáutica mundial. Iremos mais afrente

² Dados da Indústria, comércio Exterior e Serviços do governo, em <http://www.mdic.gov.br>, em 9/01/2019.

³ Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores. Em <http://www.anfavea.com.br>, em 9/01/2019.

⁴ OICA, Organização Internacional de Veículos Automotores. Em <http://www.oica.net>, em 9/01/2019.

analisar pontualmente os problemas destes planos que geraram este cenário atual, com base em alguns autores que corroboram para nosso entendimento de tais questões que impactaram o crescimento e desenvolvimento de nosso país.

Disputas Hegemônicas entre países e entre empresas

O desenvolvimento tecnológico brasileiro nas áreas; industriais, energéticas e na construção civil entre as décadas de 1960 a 1990, foram sem dúvida um feito incrível, tanto dos governos quanto das empresas estatais e particulares que se empenharam para acelerar o crescimento do país. Mas na área industrial bélica, o Brasil estaria desde a década de 1960, como nas teorias de centro e periferia, produzindo bens de segundo escalão, apenas para apoio, ou mesmo para treinamento, mas houve empresas que tentaram se destacar neste “clube seletivo de empresas de material bélico mundial”. A Engesa S/A até a década de 1980, início, só produzia equipamentos e veículos para apoio logístico, gerenciamento de sistemas, transporte de tropas, transporte de socorro, isso iria mudar com o *main batalle tank* Osório. Um verdadeiro tanque de primeira linha, produzido para a concorrência internacional, na Arábia Saudita em 1987. Mas por certas circunstâncias e certas questões hegemônicas, a Engesa perdera a concorrência para o EUA, com seu M1 *Abraams*, numa disputa apertada entre estes dois bólidos finalistas da concorrência internacional. O M1 provou que, entre outras questões, não era um “protótipo” como o Osório, já havia participado de alguns combates reais e obtido vitórias, e no nosso entender, no M1, todos os fabricantes das partes deste *main batalle tank*, são oriundos do EUA, 100% *maide in USA*. Já o Osório, a Engesa com o parque industrial de partes brasileiro, só era responsável por 55% do bólido, os outros 45% provinham da Europa. Agora como mencionamos questões de hegemonia, temos que ser mais abrangentes neste ponto, que por si só, já explicaria algumas questões... em nossa busca por alcançar as potências no que se refere as tecnologias industriais bélicas, não só como foi com a Engesa S/A, mas também com as outras montadoras de grande porte nacionais, a Embraer, a Avibrás, a Helibrás, todas empresas produtoras de tecnologia de ponta, mas que como nos aponta um grande Economista Histórico, Ha-Joon Chang, em “Chutando a Escada” (CHANG,2002, p.266). As estratégias que as grandes nações teriam desenvolvido para obterem os avanços tecnológicos essenciais para suas indústrias, fora através de ações protecionistas visando proteger a indústria nascente, e no caso da indústria bélica, as questões hegemônicas como pontuam Ha-Joon, seriam ainda mais protecionistas, onde nações como o EUA, UK, França, URSS (Rússia), Japão, teriam criado tecnologias bélicas avançadas e criado mecanismo para proteger suas indústrias e suas tecnologias. Hoje observamos sob esta ótica que autores como Ha-Joon, nos proporcionam deste embate hegemônico, onde o protecionismo misturado com questões de políticas externas, de alianças estratégicas, nos mostra o comportamento tanto dos governos, quanto das empresas, o quão estão ligados e afinados nesta lógica. Assim se explica em parte o por que o EUA, venceram a concorrência internacional em 1987 na Arábia Saudita por um *main batalle tank*, um contrato na época de mais de, US\$ 4.5 bilhões. A Engesa estaria querendo “quebrar” a hegemonia desta potência e de sua indústria bélica, a Engesa uma empresa de um país do dito “terceiro mundo”, não poderia acender ao nível das grandes potências industriais bélicas

mundiais. E esta lógica se aplica não só a indústria bélica brasileira, mas também a todo o nosso parque industrial, quando produtos de bens de valor agregado, compete com produtos similares de uma destas potências. Tais governos impõem medidas protecionistas com taxas alfandegárias para proteger a indústria local, isto é uma constante no comércio mundial. Hoje o Brasil é mais competitivo industrialmente, na indústria automobilística, mesmo sendo ela multinacional. O Brasil é um dos maiores fabricantes de veículos do mundo, mas não devemos nos enganar. A “nossa” indústria automobilística com seu parque produtor de partes e sistemas, hoje é muito avançada tecnologicamente, mas as tecnologias mais “tops” as montadoras mantêm em suas matrizes, só chega ao Brasil através da importação, não é produzida aqui por fabricantes de partes e sistemas. O mesmo ocorre com a indústria aeronáutica, em destaque a Embraer S/A, que hoje se fundiu, ou melhor, foi adquirida pela poderosa Boeing do EUA. Mais uma demonstração empírica das teorias deste autor Ha-Joon Chang, que sustenta que as empresas não dividem suas tecnologias, e quando podem “cooptam” a concorrência, uma estratégia de governos, mas também de empresas.

A Economia brasileira e seus reveses

O Brasil na década de 1970 vivia uma ditadura militar onde os direitos individuais haviam sido encolhidos ou cerciados, onde as aspirações populares haviam sido contidas, onde a oposição estaria sob “controle”. Mas na área econômica o país vivia uma euforia de crescimento, onde o “nacional desenvolvimentismo” das políticas cepalinas com suas discursões acadêmicas, entre “centro e periferia”, “Teoria da dependência”, acaloravam os debates em torno de um modelo político econômico. Mas o nacional desenvolvimentismo dos governos militares impulsionava o crescimento da indústria, da geração de energia elétrica, da construção civil, da infraestrutura rodoviária, portuária, aeroportuária e ferroviária, da exploração e extração petrolífera, todas estas áreas foram beneficiadas com investimentos do governo. Mas em 1973 com a crise do Petróleo, os países produtores em conjunto paralisaram a produção, para obter um aumento nos preços do barril, pois o EUA anos antes com uma crise em sua conta corrente, importava mais que exportava, abandonou o “padrão ouro” o dólar sofreu várias desvalorizações, impactando o preço do petróleo. Os países produtores após sofrerem perdas de divisas, majoraram os preços do produto, impactando a economia mundial que era dependente deste produto. O Brasil por estar numa corrida crescente, sofre o impacto dos aumentos do petróleo, mas como nos mostra Antônio Barros de Castro e Francisco Eduardo Pires de Souza em seu livro “A Economia Brasileira em Marcha Forçada” (CASTRO, SOUZA, 1985, p.217). O governo mantém os planos de crescimento, pois como nos mostra os autores, os juros internacionais dos bancos dos governos europeus e norte americanos e mesmo japoneses, estavam com uma liquidez muito alta, por conta dos ganhos dos países produtores de petróleo, que com o aumento dos preços do produto, e o acordo entre os EUA e a Arábia Saudita, para que todas as negociações fossem feitas em dólares, os outros países produtores também aderiram ao modelo e a moeda de troca, onde o dólar tornara-se desta forma a principal moeda de troca mundial, e com isso, os países produtores depositavam seus ganhos e mesmo as transações eram feitas por estes bancos internacionais, a liquidez era alta, os bancos com tanto dinheiro em seus cofres

resolveram abaixar os juros, e através de uma política internacional dos governos dos países do “primeiro mundo” resolveram investir nos países do “terceiro mundo”. Os aliados, os dependentes, mas também para conter uma escalada do “comunismo” liderado pelo bloco soviético, tais países através de seus bancos, passam a emprestar dinheiro a juros baixíssimos com prazos longos, onde a inflação nos países cedentes do empréstimo ajudava os devedores, pois abatia o montante total da dívida. Então diante deste cenário econômico internacional tão promissor, os autores citados acima, nos mostra que sim, valia a pena para o Brasil se endividar, investir na indústria e na infraestrutura do país, pois na concepção econômica dos autores, os resultados do investimento com seus devidos retornos econômicos, seriam mais que suficientes para pagar a dívida. E realmente entre 1974 e 1979, a balança comercial brasileira era positiva, exportava-se mais que importava, apesar que como ressaltou os autores, para crescer industrialmente era necessário importar, e importar muito, mas mesmo diante destas imposições econômicas, o país crescia, o brasileiro conseguia algumas vitórias sociais, os trabalhadores apesar de ter seus salários rechaçados, existia emprego, as empresas Estatais que os governos criaram para impulsionar o crescimento do país, estavam investindo, contratando, e mesmo as empresas particulares também cresciam. Até que em 1979 com o segundo choque do petróleo, o Irã um país pró EUA, fez a revolução islâmica derrubando um governo monárquico que era aliado do EUA, entra um novo governo islâmico radical totalmente oposto aos EUA, e resolvem paralisar a produção de petróleo, isto causa uma subida alta dos preços, pois a demanda pelo produto estava crescendo mundialmente e com a paralisação do Irã, neste período o segundo maior exportador de petróleo do mundo, causa uma quebra na oferta mundial. Os preços se elevam, e somando-se a isso a Europa que já vinha desde o início da década tendo saldos comerciais com o EUA positivo, exportando mais que importando, passa a ter uma importância maior no cenário mundial, os bancos europeus com muita liquidez, as empresas os governos começam a duvidar da liderança econômica do EUA, e com isso passam a investir mais na Europa. Então diante deste quadro Paul Volker, então presidente do FED no EUA, numa jogada estratégica, aumenta a taxa de juros básica indo para dois dígitos, resultado; os governos, as empresas, os fundos de investimento, passam para os bancos dos EUA para investirem no “Tesouro do EUA”, isto colocou os países devedores em cheque, pois a dívida multiplicou-se rapidamente, e para piorar alguns países tornaram-se inadimplentes, ou com políticas opostas ao EUA. Os bancos americanos no início da década de 1980, resolvem “fechar a torneira”, começam a rejeitar novos contratos e a dificultar refinanciamentos. A saída para muitos países endividados, foi junto aos bancos particulares europeus, ao Bird, e ao FMI. Mas os bancos particulares emprestavam as empresas, foi através desta modalidade que o Brasil endividou as Estatais, pois estas emprestavam junto aos bancos particulares europeus e norte americanos pois tinham crédito, mas os juros eram bem mais altos com um prazo mínimo. O Brasil entra num círculo vicioso, que apanhava empréstimos novos, para pagar os juros dos empréstimos antigos, como que “vendia o almoço para comprar a janta”. Os autores que escreveram o livro no calor dos fatos, 1985, ponderaram que se o país, continua a investir na indústria, nas exportações de commodities, e dessem prioridade ao setor produtivo exportador, havia a possibilidade de se atingir o nível de crescimento almejado pelos governos. Mas como veremos adiante, o cenário político nacional mudaria a partir

de 1985, com a redemocratização, os governos militares saem, e entram governos democráticos, mas as políticas do desenvolvimentismo nacional, com os planos voltados para o crescimento industrial tecnológico, crescimento energético, e desenvolvimento de toda a infraestrutura do país viria a mudar.

Novas políticas, o new liberalismo expandindo-se no mundo e no Brasil

Com a redemocratização o Brasil passaria a viver uma nova experiência política ideológica, os novos governos democráticos que se iniciou em 1985, viriam a mudar a política desenvolvimentista implementada desde fins da década de 1960. Os modelos do new liberalismo tinham como seu maior mentor o Economista Austríaco Friedrich A. Hayek, que em seu livro “O Caminho da Servidão” (HAYEK, 1977, p.86). Filosofou sobre a essência da liberdade individual do homem, ele conjectura que a liberdade se daria de forma ampla e irrestrita, o homem tem o direito a propriedade, e de acordo com o autor os governos não podem exercer gerenciamento na economia, os governos não poderiam adentrar nos meios produtivos da economia, aos governos caberia manter o funcionamento da economia e da sociedade em paz sem atritos, policiando e organizando o funcionamento da sociedade. Ou seja, Estado mínimo, liberdade comercial, onde a economia própria e quem controlaria o mercado, a lei da “oferta e demanda” deveria manter a economia funcionando competitivamente. Mas tais abordagens filosóficas e teóricas, não contemplam questões como, diferenças tecnológicas produtivas, proteção de mercado nacional emergente, especulação financeira internacional, concorrências desleais ou fraudulentas, monopólios de mercado. É bem verdade que o autor se baseia em Adam Smith, um economista do século XVIII que também se baseou em outro inglês, John Locke, um filósofo que ficou conhecido como o ‘pai do liberalismo’. Locke filosofava sobre a liberdade do homem em detrimento a um sistema autoritário, na monarquia inglesa do século XVII o indivíduo não era proprietário nem da casa onde morava, tudo pertencia a coroa, neste contexto e que Locke viria a criticar o absolutismo inglês e advogar por mais liberdade aos súditos de vossa majestade. O que mostra com toda esta abordagem que fizemos, e que, os economistas que adotaram tais preceitos teóricos, criando teorias, formulas para defender o liberalismo como forma econômica predominante, não levaram em consideração as variantes que já mencionamos acima, do mercado atual. As questões que hoje se impõem sobre as empresas, sobre os governos e sobre os cidadãos de forma geral, impactando a forma como os tais se relacionam e comercializam, isto muda drasticamente esta visão filosófica. Que é o mercado quem regula todas as transações, que é o mercado quem advoga as leis e determina as regras de troca. Sabemos que na realidade são políticas governamentais que determinam as regras de troca, que criam as leis para admoestar o mercado, e é também em última instância os governos que advogam questões e pendências junto ao mercado arbitrando conforme suas necessidades e hegemonias, e é claro que estes governos não estão sozinhos nesta tarefa, o sistema financeiro que atua junto aos governos, impõem tais determinações ao mercado.

Dentro desta conjuntura o governo brasileiro se aproxima e muito a partir dos anos de 1990, do neo liberalismo, que se impõem no mercado brasileiro, onde o governo totalmente afinado

com tal filosofia, adota a abertura de mercado, reduzindo taxas de importação, dando incentivos fiscais para empresas estrangeiras, privatizando Estatais, reduzindo o Estado, e tornando o Estado e a economia ainda mais dependente das potências mundiais. No caso específico da indústria bélica nacional, uma indústria que estava em franco crescimento, seus produtos já estavam amadurecendo internacionalmente, quando a nova política inverte as questões hegemônicas regionais brasileiras, onde havia planos para uma indústria tecnologicamente evoluída e competitiva, prefere-se “comprar” produtos prontos ao invés de desenvolver internamente. Esta temática da nova política nacional se explicou para economizar nos investimentos, o governo não poderia mais investir em empresas nacionais para desenvolver e produzir produtos que já existiam no mercado internacional, e onde o capital investido seria muito maior por cada unidade de produto finalizado. Mas por outro lado eles não observaram que sim seria um investimento maior por produto, mas se ganharia com a tecnologia adquirida e desenvolvida, seria expandida para outros ramos da economia, podendo contemplar outros produtos, outras linhas de produção, em suma, o país perdera muito nestas quase três décadas. A regressão tecnológica hoje na indústria brasileira é notória, dizemos regressão, pois não houve evolução nas últimas três décadas, pelo contrário, o liberalismo econômico nacional no Brasil, impulsionou a desindustrialização de forma latente em todos os setores. Houve períodos de crescimento, nos anos 2002 a 2010, houve um crescimento modesto da produção industrial brasileira, mas a partir de 2011, a produção industrial voltou a declinar. E no setor bélico, a desindustrialização é evidente, um setor que chegou a exportar mais de US\$ 2 bilhões de dólares, na década de 1980, hoje exporta 10% disso⁵. E a perda tecnológica se for mensurada, aí os valores são muito maiores. Empresas como a Engesa S/A que desenvolviam tecnologia, hoje não existem, mais. O déficit tecnológico bélico brasileiro torna o Brasil um país extremamente dependente das potências, o que é por si só um grande hiato para a hegemonia nacional, frente aos seus vizinhos sul americanos. Fragiliza o Brasil internacionalmente, industrialmente, e como consequência, o país perde poder de barganha junto aos países industrializados. O único consolo do Brasil é a sua liderança na produção de commodities, nas áreas da agricultura, mineração, petróleo, e produção de semi- industrializados, como laminados de aço para indústria automobilística.

Os danos causados pelas políticas econômicas neoliberais desde a década de 1990, causaram um atraso incalculável no desenvolvimento industrial tecnológico nacional, mas os danos a sociedade são ainda maiores. Os trabalhadores brasileiros hoje possuem um dos salários mais baixos percapta do mundo, isso se dá pela falta de funções e profissões com alto nível de conhecimento tecnológico em indústrias altamente desenvolvidas, onde os salários são os mais altos. A nossa economia hoje baseia-se em comércio e prestação de serviços, são nestes setores que mais de 70% da força de trabalho do brasileiro disputa as vagas nas empresas, e com isso, por ter uma demanda muito grande de mãos de obra, mas com uma oferta limitada, os salários são extremamente baixos. Baixos pois a grande maioria das empresas destes setores não exige mão de obra especializada, altamente técnica. Isso cria

⁵ Dados ABINDE, Associação Brasileira das Industrias de Defesa e Segurança. Em <http://www.abinde.org.br>, em 09/01/2019.

uma instabilidade para o trabalhador, que por questões de excedente de trabalhadores reserva, as empresas articulam como querem, nos salários, horas de serviço, e os sindicatos ficam limitados, para combater as arbitrariedades dos patrões. Todos estes danos causados na economia e nas classes trabalhadoras do país tiveram como mola motriz as políticas econômicas neoliberais que dominaram a política brasileira nos últimos 30 anos.

Conclusão

Para concluirmos nossa análise, devemos antes recordar que no início ponderamos sobre um **objetivo**; o país teria um objetivo estratégico hegemônico, de tornar-se uma potência regional nas áreas industriais, energéticas, ampliando e modernizando a infraestrutura do país, para com isso ser mais competitivo e ampliar a produção industrial e de commodities para exportação, resultando em crescimento, enriquecimento e posteriormente melhores condições de vida para a sociedade como um todo. A questão, este objetivo fora alcançado? Bem em nossa visão, em parte sim, em parte alterado, em parte modificado, e em suma, em nossa visão os governos desde a década de 1970 até os dias atuais, sem considerar as diferenças ideológicas políticas, não criaram as condições para um crescimento econômico sustentável minimamente. O país retrocedera aos níveis da primeira metade do século XX, onde a economia era dominada pelo comércio exterior de commodities da agropecuária e da mineração, hoje ainda temos também o petróleo como outro produto básico sendo exportado. A nossa indústria, a indústria nacional excluindo aí as multinacionais, e uma indústria básica, de produtos com pouca tecnologia, onde o valor agregado também é baixo. A última empresa nacional de alta tecnologia, que produzia produtos com alto valor agregado, era a Embraer, que em 1993 fora privatizada, e desde então é controlada por fundos de investimento, fundos de pensão, todas entidades internacionais que adquiriram as ações da Embraer e desde esta data a controlam. O brasileiro em geral ainda pensa na Embraer como sendo uma empresa de brasileiros, mas não, infelizmente desde 1993 ela pertence a investidores estrangeiros, e recentemente fora adquirida destes investidores, pela Boeing norte americana, a gigante aeroespacial que junto com a Airbus a outra gigante aeroespacial europeia, controlam os mercados mundiais da aviação civil de grande porte. A Boeing agora com a Embraer vai controlar tanto os mercados da aviação civil de grande e médio porte, o chamado mercado regional da aviação, e a outra gigante, a Airbus que também se associou a Bombardier canadense, outra empresa de aviação comercial regional, irá controlar estes setores da aviação comercial mundial. Mas houve alguns avanços, em setores de energia, agropecuária, infraestrutura, houve sim avanços tecnológicos, avanços produtivos, e avanços profissionais técnicos nestas áreas citadas. O Brasil cresceu, se desenvolveu, mas seu desenvolvimento não teve uma base sólida tecnológica, isto implicou numa dependência de empresas estrangeiras, de importações, hoje vemos a agropecuária, as empresas prestadoras de serviços, os bancos e mesmo a construção civil com altos níveis de tecnologia, sistemas autônomos, softwares altamente intuitivos, sistemas informatizados com IA, navegação pela internet possibilitando aos usuários e clientes maior interação e participação dos produtos oferecidos pelas empresas. Mas todo este complexo crescimento tecnológico nos setores de serviços e produção de commodities, é em grande parte importado. São softwares,

radwares, sistemas autônomos, robótica, internet, sistemas de comunicação e informatização, a grande maioria é importado ou produzido e distribuído por empresas multinacionais ou nacionais que prestam serviço ou tem contrato de licença com os proprietários intelectuais do sistema.

E na comunidade acadêmica, a ideologia neoliberal por uns aceita e por outros combatida, nas décadas de 1990 e início de 2000, eram aceitos tais conceitos, governos de direita no Brasil aceitam e acolhem tais conceitos neoliberais, agora os governos de esquerda repudiam tais conceitos preterindo investimentos sociais e no fomento industrial interno. Hoje os debates são mais intensos sobre qual doutrina e a melhor, pessoalmente consideramos os modelos Keynesianos como os modelos econômicos melhores para o Brasil, mas é obvio que o modelo adotado no país X, não serve para o Brasil, mesmo sendo os moldes Keynesiano. O Brasil precisa uma doutrina econômica que se adapte as realidades atuais de nossa economia e de nosso povo, as necessidades são muitas e em várias áreas; educação, saúde, segurança, indústria, agropecuária, mineração, petróleo e gás, telecomunicações, biodiversidades, diversidades habitacionais, infraestruturas; rodoviária, ferroviária, aeroviária, marítima. As questões são constantemente evidenciadas e discutidas, mas poucas soluções são apontadas e menos ainda, são postas em ação. A doutrina neoliberal que vigora hoje no Brasil causou atrasos, retrocessos, e prejuízos para a economia e para a intelectualidade tecnológica nacional. Os investimentos em cursos superiores nas áreas de tecnologia hoje no Brasil, são muito poucos, as universidades estão sucateadas, os laboratórios tecnológicos, melhor nem comentar. A deficiência intelectual tecnológica imposta por uma doutrina neoliberal tem feito um retrocesso, que o país levava décadas para recuperar. As críticas a este modelo são muitas, autores como Cristiane Vieira Laidler, em seu recente livro “Retórica e Farsa 30 anos de neoliberalismo no Brasil” (LAIDLER, 2018, p.378) evoca as “falácias” de uma doutrina neoliberal que na realidade nos países desenvolvidos que a adotaram, fora como se diz “para inglês ver”. Pois na realidade tais países adotaram foi um protecionismo vigoroso, com o Estado atuando fortemente na economia e na produção com empresas Estatais ou em parceria com empresas particulares, e em setores delicados como o setor bélico, tais estados investem pesado, e com um protecionismo elevadíssimo, e além disso, tais estados ainda investem numa hegemonia tanto estatal quando empresarial, tornando o Estado hegemônico nas áreas de política internacional, na área militar, e suas empresas, tais Estados as tornam também hegemônicas em suas respectivas áreas de atuação. Isto para a autora é uma “falácia” pois tais potencias ditas neoliberais, atuam fortemente para manter e elevar suas hegemonias industriais e políticas, mas exortam os países mais pobres a atuarem na redução do Estado, liberação da economia, redução das taxas alfandegarias, facilitação para empresas estrangeiras em seus respectivos mercados, ou seja, o neoliberalismo só deve funcionar em países pobres ? os ricos se dizem neoliberais, mas agem como governos protecionistas e intervencionistas econômicos ? Esta é a crítica de muitos intelectuais não só do Brasil, mas de vários países em desenvolvimento que são dependentes dos países ricos para comercializar e trocar suas mercadorias.

Em suma, hoje o neoliberalismo é uma doutrina imposta pelos países ricos aos países em desenvolvimento, que não atende as necessidades destes e ao contrário, atrasa o desenvolvimento econômico destas nações, para as nações ricas manterem suas hegemonias livres de concorrência.

Com isso concluímos que o tripé; Indústria, Energia e Infraestrutura, que pontuamos neste trabalho, que com base nas políticas governamentais das décadas de 1970, deveriam elevar o país ao nível das potências mundiais, não se concluiu e não se expandiu. As indústrias que deveriam ter sido o alicerce para o crescimento e desenvolvimento tecnológico para suprir todas as demandas de crescimento de energia e infraestrutura do país, não tiveram continuidade em seu desenvolvimento tecnológico. Ao contrário, muitas das pioneiras indústrias tecnológicas brasileiras hoje não existem mais. A descontinuidade no desenvolvimento tecnológico industrial brasileiro, principalmente na área bélica, é evidente hoje em nossa economia. O processo que foi iniciado na década de 1970, para atingir um desenvolvimento sustentado e uma hegemonia regional, hoje passa por uma situação de dependência, em parceiros internacionais, em potências, em entidades financeiras internacionais, em empresas multinacionais. Em suma o país continua muito dependente das nações desenvolvidas e de suas empresas e entidades financeiras.

REFERÊNCIAS

BLITH, Mark. *A história de uma ideia perigosa*. Livro, Traduzido por Freitas e Silva. Editora Autonomia Literária, São Paulo, 2017.

CHANG Ha-Joon. *Chutando a Escada, a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. Livro, Tradução Luiz Antônio Oliveira de Araújo. Fundação Editora Unesp. São Paulo, 2003.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

CASTRO A.B, SOUZA F.E.P, *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. Livro, Editora Paz e Terra S/A. São Paulo, 1988.

CHANDLER ALFRED. *Ensaio para uma teoria histórica da grande empresa*. Livro, Editora Fundação Getúlio Vargas, Tradução Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro, 1988.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS, *Cadeia de Valor e Importância socioeconômica da Indústria de Defesa e Segurança no Brasil*. Artigo, ABINDE, Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança, Sumário do Relatório Final. São Paulo, 2015.

JACINTO, J.C. *Considerações sobre a cadeia de suprimentos da indústria bélica brasileira e suas necessidades de diversificação para sobrevivência*. Artigo, XIII SIMPEP. Bauru, SP, 2006.

LAIDLER, C.V. *Retórica e Farsa, 30 anos de neoliberalismo no Brasil*. Livro. Editora Paco Editorial, Jundiaí, SP, 2018.

HAYEK, Friedrich. *O Caminho da Servidão*. Livro. Editora Globo, Tradução Leonel Vallandro, São Paulo, 1977.

SHUMPETER, J.A. *Teoria do desenvolvimento econômico, uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico*. Livro, Os Economistas. Editora Nova Cultural. São Paulo, 1997.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

SILVA, J.A. LOURENÇO, A.L.C. *Desindustrialização em debate: o caso da economia brasileira*. Artigo, X Encontro de Economia Baiana, Planejamento e Estratégias de Desenvolvimento. Salvador, BA, 2014.